A Comissão Política Regional do Fogo (CPR), liderado por Fernandinho Teixeira, repudia com indignação a atitude “pouco séria e demagógica do Grupo Parlamentar do MPD que insurgiu-se contra o desenrolar do processo dos deslocados de Chã das Caldeiras, durante uma visita na ilha. No entender do Fernandinho a visita da comitiva ventoinha “foi mais uma missão meramente política para tirar proveito da desgraça dos deslocados e fazer passar a imagem da desorganização”. “Trata-se da demonstração de ignorância, uma vez que os poderes em Cabo Verde são bem definidos. Todas as especulações, insinuações, intrigas e conflitos constituem manobras políticas do MpD, visando tirar dividendos políticos”, disse Fernandinho Teixeira. Teixeira esclarece que há um armazém central com todos os donativos, devidamente inventariados e os valores pecuniários foram depositados numa conta intermunicipal. Em relação às doações vindas da Angola, o líder da CPR do PAICV no Fogo estranha a atitude “irresponsável dos deputados do MpD, fazendo eco a especulação de desvios dos dois geradores que comprovadamente pelos serviços aduaneiros não desembarcaram em São Filipe. O MPD está de ma fé, mas devia colaborar com o puder público, ajudando a população de Chã ao invés de por em causa a credibilidade e a seriedade das instituições do Fogo”, apela. Para o político, a desorganização foi evidente aquando da erupção vulcânica de 1995, em que os deslocados passaram mais de nove meses em tendas no Aeroporto de São Filipe, Patim e Mosteiros. “Graças à politica humana do Governo, quase todos os deslocados que não tinham casas em Monte Grande e Achada Furna estão agora alojados em casas arrendados”, assevera a CPR, dizendo não compreender a ideia do Grupo parlamentar do MpD pedir uma comissão para acompanhar as ajudas às vítimas. Fernandinho pede que o MPD explique à população de Chã onde foram parar os 210 fogões doados na erupção de 1995. Em geito de remate o presidente da CPR do PAICV congratula-se com a iniciativa do Governo em criar o Gabinete e Fundo de Apoio à reconstrução do Fogo. “O gabinete tem as suas atribuições de acordo com as normas da contabilidade pública e sujeita à fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas, evitando assim os erros cometidos pelo MpD na erupção de 1995”, conclui. NC